

Posição dos EUA exclui Brasil

~~Divida
externa~~
WALTER SOTOMAYOR
Da UPI

Washington — A posição dos Estados Unidos, diante da dívida latino-americana de 360 bilhões de dólares não mudará, apesar das exigências dos países do Hemisfério de um acordo conjunto de devedores e credores para evitar o risco da desestabilização política.

A última posição do Departamento do Tesouro, favorável a uma ajuda de 5 bilhões de dólares do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a países pobres, que será apresentada na reunião conjunta das duas entidades em Seul, exclui os principais devedores latino-americanos, como Brasil, Argentina e México, afirmou uma fonte governamental.

A posição norte-americana parece ter ignorado a defesa que fez o secretário de Estado, George Shultz, de um plano que permita o crescimento econômico das grandes nações endividadas. Aproveitando a inauguração da Assembleia Geral das Nações Unidas, vários presidentes latino-americanos rechaçaram maiores sacrifícios para o pagamento da dívida externa, advertindo que não estavam dispostos a enfrentar uma desestabilização política para pagá-la.

FRUSTRAÇÃO

Shultz, depois de escutar

os discursos, admitiu aos presidentes do Uruguai e do Brasil que "não há salvação fora do crescimento".

Suas palavras provocaram satisfação e expectativa sobre a reunião de Seul. Os latino-americanos foram muito cautelosos diante das afirmações de Shultz e decidiram esperar uma proposta concreta na reunião do FMI e do Banco Mundial.

A cautela observada entre os latino-americanos traduzia frustrações anteriores, como quando se comentou e discutiu em outras oportunidades o aumento da cota norte-americana no FMI e no Banco Mundial.

O encontro do secretário de Tesouro, James Baker, com executivos de bancos norte-americanos, realizado na noite de terça-feira, revelou novos elementos para a reunião de Seul, confirmado a intenção de destinar 5 bilhões de dólares, 50 por cento de cada instituição, para ajudar países menos desenvolvidos que sofrem problemas em suas balanças de pagamentos.

"Estamos todos no mesmo barco", disse Willard Butcher, presidente do diretório do Chase Manhattan Bank, ao final da reunião, referindo-se à preocupação com o mercado financeiro. Acrescentou que se falou "sobre possíveis alternativas para o futuro que assegurem um crescimento da economia mundial", mediante um aumento dos empréstimos, mas não deu outros detalhes.

Um alto funcionário do Tesouro disse que o Governo não pretende comprometer mais recursos para o Banco Mundial, por considerar que a salvação dos países endividados é favorecer o ingresso de capitais estrangeiros, em um leilão virtual de suas empresas entre os credores.

Tal proposta provoca, naturalmente, reações iradas em alguns países da área, como o Brasil, onde o Estado controla cerca de 60 por cento da economia. A proposta implicaria uma desnacionalização de propriedades gigantescas.

The Washington Post indicou que "aparentemente o governo espera usar o Banco Mundial para impulsionar mecanismos que reduzam os riscos para os novos empréstimos dos bancos comerciais", assunto obviamente relacionado com a reunião entre Baker e os banqueiros. Uma mudança da posição dos Estados Unidos para aumentar os fundos ou modalidades de operações do Banco Mundial e do FMI é vital, pois são seu principal sócio.

Em 1985, o Banco Mundial e suas agências emprestaram 15 bilhões e 324 milhões de dólares, dos quais 26 por cento — a maior proporção — aos países da América Latina. Nos últimos três anos, os latino-americanos pagaram apenas os juros de suas dívidas, comprometendo, em alguns casos, quase 50 por cento de suas receitas para cumprir esses compromissos.